



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0283337-2
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Carpina – 1ª Vara
APELANTE: Ministério Público/PE
APELADO: Severino Francisco do Nascimento
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

APELAÇÃO CRIMINAL. SENTENÇA DE IMPRONÚNCIA. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL. REJEITADA. APELO MINISTERIAL NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não se convencendo da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, resta forçoso concluir pela impronúncia do acusado.

III – Apelação não provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0283337-2**, no qual figuram como partes as retronomiadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em rejeitar a preliminar de nulidade processual e, no mérito, negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21 de *de abril* de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0283337-2
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Carpina – 1ª Vara
APELANTE: Ministério Público/PE
APELADO: Severino Francisco do Nascimento
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

O Ministério Público ofereceu representação contra o menor **Severino Francisco do Nascimento**, conhecido como “Mija Mole”, qualificado na peça de ingresso (fls. 02), face à prática de ato infracional análogo ao tipo descrito no art. 121¹, §2º, II, *in fine*, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, com incidência do art. 1º, I, da Lei n.º 8.072/90 (fls. 02/04).

Narra a representação que, no dia 07/03/2010, por volta das 15h, no Bar da Copa, localizado no bairro Três Marias, Carpina/PE, o adolescente **Severino Francisco do Nascimento**, utilizando-se de uma faca peixeira, não apreendida, por motivo fútil, tentou matar o adolescente **Lucas José da Silva**, 17 anos, não obtendo o resultado por circunstâncias alheias à sua vontade (fls. 02).

Consta da inicial acusatória que a vítima foi atingida por vários golpes de faca peixeira desferidos pelo representado **Severino Francisco do Nascimento**, os quais a atingiram no braço, na perna e no

¹Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

II - por motivo fútil;

Art. 14 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Tentativa

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Pena de tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

pescoço. Narra a peça de ingresso que o ato infracional ocorreu em virtude de a vítima ter beijado **Amanda Karla Dias Paiva**, a qual momento antes teria sido cortejada pelo representado.

Concluída a instrução criminal, a douta magistrada julgou **improcedente a representação** e, por conseguinte, **absolveu Severino Francisco do Nascimento** (fls. 66/68).

Inconformado com a sentença absolutória, o Ministério Público de Primeiro Grau interpôs tempestiva apelação criminal (fls. 71), oferecendo suas razões recursais às fls. 73/74, sob alegação de que o fato de o réu ter avançado contra a vítima, portando uma faca, denota a intenção de matar, por se tratar de instrumento de manifesta capacidade letal, matéria esta que deve ser deixada ao alvedrio do Tribunal do Júri. Pugna pelo provimento recursal, a fim de que o adolescente seja pronunciado nos termos da Representação.

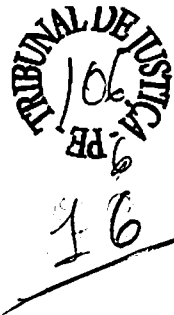
Nas contrarrazões recursais, o Representado manteve a alegação de negativa de autoria e requereu a manutenção da sentença absolutória (fls. 79/81).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, às fls. 91/93, ofereceu parecer arguindo, em preliminar, a nulidade do processo por falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada, e, alternativamente, pela nulidade da sentença, eis que a douta magistrada, muito embora tenha reconhecido que "as lesões caracterizavam-se como discretas escoriações", absolveu o Representado sob o fundamento de inexistência da materialidade do crime. No mérito, sustenta que além da materialidade delitiva existem indícios suficientes de autoria. Pugna pelo **provimento** do recurso.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 19 de *fevereiro* de 2012.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0283337-2
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Carpina – 1ª Vara
APELANTE: Ministério Público/PE
APELADO: Severino Francisco do Nascimento
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – Preliminar de nulidade processual

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, às fls. 91/93, ofereceu parecer arguindo, em preliminar, a nulidade do processo por falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada.

De acordo com o órgão ministerial de segundo grau, não houve a intimação pessoal do representante do Ministério Público para a audiência de instrução e julgamento, muito ao revés do que asseverou a douta magistrada *a quo*, conforme Termo de Audiência de Instrução e Julgamento de fls. 61.

Compulsando os autos, verifico que não houve a intimação pessoal do Ministério Público para a Audiência de Instrução e Julgamento realizada na data de 16/11/2010.

Às fls. 55, a douta magistrada despachou designando o dia 16/11/2010 para a realização da audiência de instrução e julgamento, determinando que se procedessem às intimações necessárias.

Às fls. 56v., consta que a Representante do Ministério Público, a Promotora de Justiça Dra. Rosângela F. Padela Alvarenga, foi intimada pessoalmente da data da audiência uma hora antes de a mesma ser realizada, no dia 16/11/2012, às 08h, conforme se infere do carimbo de ciência de fls. 56v.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Assim, tendo a representante ministerial sido devidamente intimada da data da audiência, resta prejudicada a preliminar de nulidade processual por falta de intervenção do Ministério Público.

Ante o exposto, rejeito a preliminar de nulidade processual.

É como voto.

Recife, 21 de maio de 2013.

feia - m
21/05/2013

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0283337-2
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Carpina – 1ª Vara
APELANTE: Ministério Público/PE
APELADO: Severino Francisco do Nascimento
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – Preliminar de nulidade da sentença

De acordo com a Procuradoria de Justiça, a sentença absolutória esta eivada de nulidade, eis que a douta magistrada, muito embora tenha reconhecido que “as lesões caracterizavam-se como discretas escoriações”, absolveu o Representado sob o fundamento de inexistência da materialidade do crime.

Observo, de proêmio, que a insurgência ministerial de segundo grau confunde-se com o próprio mérito recursal, razão pela qual deixo de apreciá-la como preliminar.

Diante do Exposto, deixo de apreciar a preliminar suscitada por se confundir com o mérito da causa.

Recife, 21 de Março de 2017.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0283337-2
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Carpina – 1ª Vara
APELANTE: Ministério Público/PE
APELADO: Severino Francisco do Nascimento
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – Mérito

Da sentença contra a qual o recorrente se insurge extraio o seguinte excerto (fls. 67/68):

“(…)Diante dos depoimentos colhidos em Juízo, não resta dúvidas. Tudo não passou de uma confusão entre Lucas, na época com 17anos e o acusado com 66 anos. Não houve intenção de matar, e as ‘DISCRETAS ESCORIAÇÕES’ que anota o Laudo Traumatológico não estão em consonância com a versão das testemunhas e do pai do menor ouvidos em juízo. O pai do menor deixa claro de que viu o acusado armado quando o mesmo era advertido pela policia. O Juízo natural de atribuir a espécie homicida somente ao Tribunal do Júri, só prevalece quando dos autos, um mínimo de provas evidência a autoria ou qualquer outra forma de concurso. Destarte, o princípio do “in dubio pro societate” somente prevalece ante a existência de elementos probantes ou indiciários contra o acusado. Do contrário, não se convencendo o magistrado de algum indício suficiente para incriminar o réu, a solução é a impronúncia, com a inteligência do art. 414, caput, da Lei dos Ritos. (...) Ante o exposto, com fundamento no art. 415, inciso I, do CPP, julgo improcedente a denúncia para absolver Severino Francisco do Nascimento (...)”.

No que concerne à materialidade delitiva, cuido que a mesma restou demonstrada nos autos. Observo que o laudo traumatológico de fls. 14 dá conta de que a vítima **Lucas José da Silva** foi atingido por arma branca,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

na perna direita, no pescoço e no braço direito, apresentando nas referidas regiões **discretas escoriações**.

Quanto à autoria delitiva, vejamos os depoimentos prestados junto à autoridade policial.

A vítima **Lucas José Silva de Lima** declarou à autoridade policial (fls. 09):

"(...)Que estava na companhia de alguns amigos. Que seus amigos foram embora e pouco depois chegou sua amiga Amanda e o declarante a convidou para tomar uma cerveja com ele. Que o declarante se aproximou de Amanda e lhe deu um beijo na boca. Que o dono do bar ficou irritado com a cena e falou: "Ei rapaz, aqui não é lugar de pornografia não..."Que logo após o agressor partiu para cima do declarante lhe empurrando e puxou uma faca. Que Amanda correu para longe. Que o declarante também correu quando viu a faca. Que o declarante informa que estava embriagado e só percebeu que estava ferido no outro dia (...)".

A informante **Amanda Karla Dias de Paiva** disse à autoridade policial (fls. 10/11):

"(...) Que o dono do bar da Copa, Mija Mole, deu uma cantada na declarante dizendo: "Você é muito bonita. Quero ficar com você". Que a declarante respondeu dizendo que não gostava de velho e que ele procurasse seu lugar. Que nunca teve nenhum tipo de relacionamento com Mija Mole. Que Lucas já estava bebendo cerveja sozinho no bar da Copa e quando a declarante chegou no bar Lucas lhe chamou para beber com ele. Que a declarante aceitou o convite e tomou um copo de cerveja. Que Lucas falou para a declarante que estava com vontade de beijá-la na boca. Que com o consentimento da declarante Lucas lhe abraçou e a beijou; Que nessa hora o dono do bar, um Senhor conhecido como Mija Mole ficou irritado com o beijo e sem dizer nada partiu para cima de Lucas. Que Mija Mole deu dois murros em Lucas. Que nessa hora a declarante correu para casa com medo e lá ficou (...) Que a declarante acha que o dono da barraca teve a intenção de matar Lucas. Que o dono do bar da Copa (Mija Mole)está foragido desde o dia do crime (...)".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Em Juízo, a vítima e a testemunha **Amanda Karla Dias de Paiva** confirmam os depoimentos prestados junto à autoridade policial (fls. 61/62).

Em juízo, na presença de sua genitora, **Amanda Karla Dias de Paiva** disse que a vítima tentou beijar a declarante e o acusado veio com uma faca. Que correu e não viu nada (fls. 62).

O réu **Severino Francisco do Nascimento**, ora apelante, declarou em juízo que (fls. 64):

"(...)Que estava recolhendo os copos e os pratos quando a vítima chegou. Que ele era acostumado a beber no local e sempre chegava drogado. Que não conhecia Amanda, mas se recorda que chegou uma moça acompanhando o acusado também aparentando sinais de embriaguez (...). Que saiu da cidade por conta de um desentendimento que teve com um inquilino (...)".

Compulsando os autos, verifica-se que no dia 07/03/2010, por volta das 15h, no Bar da Copa, **Lucas José da Silva**, acompanhando de **Amanda Karla Dias de Paiva**, desentendeu-se com **Severino Francisco do Nascimento**, dono do bar. Contudo, inexistiu comprovação de que as *discretas escoriações*, somente percebida pela própria vítima no dia seguinte ao fato, foram praticadas pelo acusado.

Ressalte-se, por oportuno que não há nos autos mínimos indícios de que **Severino Francisco do Nascimento** praticou o tipo descrito na inicial, ou que o mesmo foi o responsável pelas lesões encontradas no corpo da vítima.

Dessa forma, não convencido da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação do acusado no crime narrado na exordial, mantenho a decisão de **impronúncia** proferida pelo douto magistrado *a quo*, em observância a determinação contida no art. 414, do Código de Processo Penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Diante de todo o exposto, ~~pedindo vênias~~ à douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso ministerial, mantendo incólume a decisão de primeiro grau.

É como voto.

Recife, 20 de março de 2013.

Handwritten: 21/03/2013

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0000914-18.2010.8.17.0470 (0283337-2)
COMARCA: CARPINA
VARA: PRIMEIRA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO: SEVERINO FRANCISCO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: MARIA LUCELI MORAIS
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: JUIZ PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
REVISOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO DE REVISÃO – PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL

A Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 91/93, argui preliminar de nulidade do processo por falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada.

Da análise dos autos, observa-se que o Órgão Ministerial foi intimado pessoalmente através da Promotora de Justiça Dra. Rosângela F. Padela Alvarenga, para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 16/11/2010, conforme se vê da ciência por ela dada à fl. 56-v.

Assim sendo, não houve nulidade.

Ante o exposto, **VOTO CONCORDANDO COM O RELATOR, PARA REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA.**

Recife, 91 de 03 de 2013


Des Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº:	0000914-18.2010.8.17.0470 (0283337-2)
COMARCA:	CARPINA
VARA:	PRIMEIRA
APELANTE:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO:	SEVERINO FRANCISCO DO NASCIMENTO
ADVOGADO:	MARIA LUCELI MORAIS
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR:	JUIZ PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
REVISOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO DE REVISÃO – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA

Suscita, ainda, o Ministério Público de segundo grau, preliminar de nulidade da sentença, argumentando que a juíza sentenciante, embora tenha afirmado não existir prova da materialidade do delito, salientou que o laudo traumatológico conclui que a vítima sofreu "discretas escoriações", as quais não estariam em consonância com a versão das testemunhas e do pai do menor ouvidos em juízo.

Tendo em vista que o pleito do *Parquet* confunde-se com o mérito da apelação, não cabe a sua apreciação.

Ante o exposto, **VOTO CONCORDANDO COM O RELATOR, PARA DEIXAR DE APRECIAR A PRESENTE PRELIMINAR.**

Recife, 21 de 03 de 2013


Des Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº:	0000914-18.2010.8.17.0470 (0283337-2)
COMARCA:	CARPINA
VARA:	PRIMEIRA
APELANTE:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO:	SEVERINO FRANCISCO DO NASCIMENTO
ADVOGADO:	MARIA LUCELI MORAIS
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR:	JUIZ PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
REVISOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO DE REVISÃO – MÉRITO

Consta dos autos que o acusado **Severino Francisco do Nascimento**, vulgo **"Mija-mole"**, foi absolvido sumariamente da acusação da prática do crime descrito no art. 121, § 2º, incisos II, *in fine*, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal¹.

Em suas razões recursais, às fl.74, pugna o *Parquet* pela pronúncia do acusado nos termos da denúncia, aduzindo que o réu teria agido com a intenção de ceifar a vida da vítima.

A materialidade delitiva está comprovada no exame traumatológico (fl. 14), o qual conclui a existência de discretas escoriações na vítima, segundo ela, causadas por arma branca (faca).

No que tange à autoria, verifica-se, dos depoimentos existentes nos autos (fls. 09/11, 61/62 e 64), que a única comprovação que existe é de que houve um desentendimento entre o acusado e a vítima, no "Bar da Copa", de propriedade daquele, não havendo como afirmar que as referidas lesões foram praticadas pelo réu, tampouco que este tenha tentado matar a vítima Lucas José da Silva.

Assim sendo, não há indícios suficientes de autoria nem de participação do apelado no delito pelo qual fora denunciado, motivo pelo qual não há como pronunciar o ora apelado.

¹ Art. 121. Matar alguém:
§ 2º Se o homicídio é cometido:
(...)
II - por motivo fútil;

Art. 14 - Diz-se o crime:
(...)
II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Pelos fundamentos apresentados, **VOTO CONCORDANDO COM O RELATOR,**
PARA NEGAR PROVIMENTO AO APELO, devendo a sentença ser mantida em todos os
seus termos.

Recife, 21 de 03 de 2013.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor